



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

170  
D

153

SEXTA CÂMARA CÍVEL

**APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0186783-4**

APELANTE: CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

APELADOS: BRAZ GOMES DA SILVA E OUTROS

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

1  
153

**EMENTA:** CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO INDENIZATÓRIA – ACIDENTE DE TRÂNSITO – VÍTIMA FATAL – APLICAÇÃO DA TEORIA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA – CONDUITA ILÍCITA E CULPOSA DO AGENTE DEMONSTRADA – NEXO CAUSAL CARACTERIZADO – PREJUÍZOS CONFIGURADOS – RESPONSABILIZAÇÃO DA EMPRESA RECORRENTE PELO DANO MORAL CAUSADO, ADVINDO O DEVER DE INDENIZAR – DIMINUIÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS – AFASTADA – MANUTENÇÃO DA FIXAÇÃO DO QUANTUM DE R\$ 50.000,00 ARBITRADO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA – DANO MATERIAL – PENSIONAMENTO DEVIDO – PRESTAÇÕES MENSAS ATÉ ENQUANTO VIDA TIVER A BENEFICIÁRIA – **POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO** EM RELAÇÃO À REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS – VENCIDO O RELATOR QUE REDUZIA DE DOIS PARA UM SALÁRIO MÍNIMO – **UNANIMEMENTE, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO** PARA FIXAR OS JUROS DE MORA EM 6% A.A. ATÉ INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CC/2002, A PARTIR DE ENTÃO, NO PERCENTUAL DE 12% A.A., A CONTAR DO EVENTO DANOSO (SÚMULA 54 DO STJ) – CORREÇÃO MONETÁRIA ATUALIZADA PELA TABELA DO ENCOGE, A PARTIR DA DATA DA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

171  
2  
154

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº. 0186783-4, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por maioria de votos, negar provimento em relação à redução da pensão, e, unanimemente, dar provimento parcial à apelação, para fixar os juros de mora em 6% a.a. até o início da vigência do CC/2002, a partir de então, no percentual de 12% a.a. a contar do evento danoso, correção monetária atualizada pela tabela do ENCOGE, nos termos do voto da turma constante dos autos e notas taquigráficas anexas, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

(sessão realizada em 05 de janeiro de 2010).

Recife, 04 de fevereiro de 2010.

  
Des. **Eduardo Augusto Paurá Peres**  
Presidente e Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

162  
Ju

155

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO Nº 186783-4**

**APELANTE:** CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

**APELADOS:** BRAZ GOMES DA SILVA e OUTROS

**RELATOR:** Des. **Eduardo Augusto Paurá Peres**

**RELATÓRIO:**

Trata-se de Ação de Indenização proposta por BRAZ GOMES DA SILVA e outros contra CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO, alegando que seu genitor foi vítima de acidente de trânsito causado por veículo da concessionária ré, e que em face do sinistro ocorrido veio a falecer. Requereram indenização por dano moral.

A r. sentença de fls. 103/108, cujo relatório adoto, julgou procedente o pedido, condenando a empresa ré ao pagamento de uma pensão vitalícia para a viúva, no valor de 02 (dois) salários mínimos, devida a partir do evento-morte (1º-02-2002), bem assim, ao pagamento da importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de dano moral, incidindo juros moratórios de 6% (seis por cento), a partir do evento danoso e correção monetária a partir do ajuizamento da ação. Condenou, ainda, a CELPE no pagamento das despesas processuais e verba honorária de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

163  
Qu  
156

Apela a vencida buscando a reforma do julgado, por ser contrario à lei e à prova dos autos, ou a redução do valor fixado a título de dano moral.

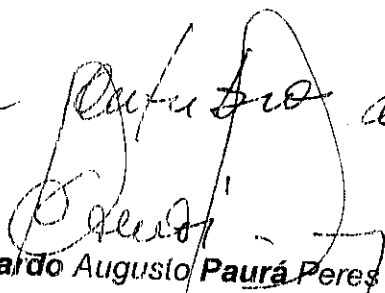
Recurso bem processado e respondido, às fls. 137/142.

Em sendo a presente ação de rito sumário, conforme disposto no art. 275, inc. II, "d", independe de revisão nos termos do § 3º do art. 551, do CPC.

É o Relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 08 de Outubro de 2007.

  
**Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

172  
P  
157

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 186783-4**

APELANTE: CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

APELADOS: BRAZ GOMES DA SILVA e OUTROS

RELATOR: Des. **Eduardo Augusto Paurá Peres**

**VOTO**

Srs. Desembargadores,

Sr. (a) Procurador (a) de Justiça:

Conforme já relatado, cuida-se de uma pretensão indenizatória, por força do atropelamento que vitimou de morte o esposo de uma das suplicantes, e pai dos demais autores, ora apelados.

O juiz sentenciante julgou procedente o pedido autoral para:

“(…) Condeno a Ré, CELPE – Companhia Energética de Pernambuco a pagar aos Autores, pelo ato ilícito perpetrado que resultou na morte do esposo e pai:

- Pensão mensal VITALÍCIA em favor da Sra. LUÍZA GOMES DA SILVA no valor de **02 (dois) salários mínimos**, devida a partir do evento-morte (1º/02/2002) até quando vida tiver a beneficiária.
- Condeno a Ré, ainda, nos termos acima estipulados ao **pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, a título de indenização por Danos Morais, esclarecendo que tal indenização deve ser nominal e expreso unicamente à



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

173

A

158

pessoa da viúva, Sra. LUÍZA GOMES DA SILVA, considerando que os filhos autores são maiores, já casados, estabelecidos em suas vidas.

- Condeno a Ré, ainda a incluir o nome da beneficiária Sra. LUÍZA GOMES DA SILVA na folha de pagamento da empresa alimentante, na condição de pensionista, devendo receber em meio próprio pata tanto, depósito em contra-corrente sua pensão mensal, incluindo o pagamento de 13 salário, na mesma data que efetivamente se dá o pagamento dos empregados da demandada.
- Honorários Advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre todo o montante da condenação.

A recorrente se insurge contra a sentença alegando:

- Inaplicabilidade da responsabilidade objetiva.
- Não comprovação de culpa de seu motorista. Culpa exclusiva da vítima.
- Que os danos morais e materiais não restaram evidenciados.
- Alternativamente diminuição da verba indenizatória e dos honorários advocatícios.

O cerne da questão para o deslinde na presente apelação consiste na aplicação ou não da teoria da responsabilidade civil objetiva, assim como, na verificação da presença ou não da excludente de responsabilidade por culpa exclusiva da vítima.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

134  
159

Inicialmente, ressalvo que a teoria da responsabilidade objetiva do Estado está consagrada em nosso ordenamento jurídico (art. 37, § 6º, da CF e art. 43 do CC/2002), dispondo que as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Decorrendo que a obrigação de indenizar ocorrerá se a vítima comprovar o nexo causal entre o fato narrado e o dano.

A responsabilidade objetiva é aquela que prescinde de demonstração de culpa, em razão da atividade-fim do ente público ou seus concessionários. Referida responsabilidade só poderá ser afastada ou mitigada se restar demonstrada a culpa exclusiva ou concorrente da vítima na ocorrência do evento lesivo. Aqui a culpa é aquiliana e há de ser demonstrada.

No caso, o nexo de causalidade restou demonstrado, tanto que a própria apelante, em suas razões recursais, aduz que o acidente ocorreu por culpa da vítima. Assim, não há dúvida de que o atropelamento ocorreu e que causou a morte do esposo/pai dos apelados.

Compulsando os autos, verifico a inexistência de quaisquer das excludentes acima citadas, especialmente do alegado fato da vítima. Como muito bem entendeu o douto magistrado em sua sentença. Senão vejamos:

"(...) Estabelecida a responsabilidade objetiva da empresa Ré, consoante emerge do painel probatório, não há lugar para se cogitar de concorrência de culpa ou, muito menos, de culpa exclusiva da vítima na produção de evento danoso. Com efeito, a prova produzida atesta irretorquívelmente, que o fato jurídico



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

175  
8  
160

danoso ocorreu, exclusivamente, em função da condução desenvolvida pelo fiscal e encarregado de obras da empresa Ré que, imprudentemente, ao trafegar pela via pública, no bairro da Tamarineira, colidiu com a vítima, que em sendo atropelada, foi socorrida, mas não resistindo a ferimentos oriundos de um politraumatismo de forte grau.

Mesmo não tendo o Sr. Luiz José do Nascimento ter demonstrado dolo no cometimento do ato ilícito, teve culpa objetiva no acidente, por ter se envolvido diretamente e solidariamente a CELPE, enquanto empregadora do funcionário, proprietária do veículo envolvido, como se faz prova às fls. 68 dos autos.

**O fato da vítima ter atravessado no meio da pista, distante do sinal de trânsito não inviabilizaria em momento algum o condutor guiar de forma mais responsável, de forma a antever possíveis riscos de colisão ou aproximação com outros veículos, pessoas ou objetos.” (grifei) (fl. 105)**

Paralelamente a isto, o que se extrai do depoimento do Sr. Luiz José do Nascimento, que conduzia o veículo, funcionário da CELPE, e, portanto, seu preposto, exercendo a função de encarregado de obras e fiscal, e que nas imediações da rua do Futuro, no bairro da Tamarineira, estando o sinal aberto (verde) para ele condutor, guiando a aproximadamente 40 km/h, momento em que o carro atingiu o Sr. Inácio, sem que ele motorista tivesse qualquer condição de frear, evitando o acidente.

Tal depoimento é suficiente a confirmação da culpa aquiliana, ainda que por mera desatenção ou imperícia, ou imprudência.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

176  
8  
161

É de se observar que no cível a culpa não guarda os mesmos rigores do crime, nem é necessário o dolo. A mera desatenção – repita-se é suficiente.

Não é crível que o condutor estivesse a 40km/h e não tenha podido frear o veículo, salvo se estivesse em excessiva desatenção no ato de dirigir, ou estivesse em velocidade tal que não pode parar, o que caracterizaria a imprudência. Por um ou outro argumento, a culpa aquiliana se acha demonstrada, observando-se que a culpa do preposto transfere-se à empresa, por culpa "in eligendo" ou "in vigilando", e o empregador responde solidariamente pelos atos de seus prepostos ou empregados.

Passo, agora, ao exame do pedido de minoração da verba indenizatória.

Como é cediço, a indenização do dano moral prescinde de demonstração do prejuízo, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça: *"A jurisprudência desta Corte está consolidada no sentido de que na concepção moderna da reparação do dano moral prevalece a orientação de que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação, de modo a tornar-se desnecessária a prova do prejuízo em concreto."* (STJ – 4ª T., Resp 196.024-MG, rel. Min. Asfor Rocha).

Sendo assim, o juiz sentenciante agiu acertadamente quando entendeu estar evidenciado o dever de reparar os danos morais e materiais amargados pelos apelados.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

177  
162

A meu sentir, por demais ponderado o valor arbitrado, e, diga-se de passagem, a indenização fixada em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de indenização por danos morais decorrentes de morte em acidente de trânsito, se revela aquém dos valores que estão sendo arbitrados pelas 3ª e 4ª Turmas do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

"CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. PRESSUPOSTOS FÁTICOS. RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7-STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. JUROS MORATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.

1 - Aferir a existência de provas suficientes para embasar condenação por danos morais demanda revolvimento do material fático-probatório, soberanamente delineado pelas instâncias ordinárias, esbarrando, pois, a violação ao art. 1.060 do Código Civil de 1.916, no óbice da súmula 7-STJ.

2 - Admite o STJ a redução do quantum indenizatório, quando se mostrar desarrazoado, o que não sucede na espécie, em que houve morte decorrente de acidente de trânsito, dado que as Quarta e Terceira Turmas desta Corte têm fixado a indenização por danos morais no valor equivalente a quinhentos salários mínimos, conforme vários julgados.

6 - Recurso especial conhecido e parcialmente provido". (REsp 773075 / RJ ; RECURSO ESPECIAL 2005/0134134-2; Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES; T4 - QUARTA TURMA; Julgado em 27/09/2005; Publicado: DJ 17.10.2005 p. 315).

Prospera, em parte, o pleito de diminuição dos valores indenizatórios, **apenas em relação à pensão**, uma vez que não foi comprovada a



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

178  
D  
163

renda da vítima, de forma que o respectivo montante deve ser minorado para um salário mínimo, conforme reiterado entendimento jurisprudencial.

Nesse sentido:

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. Hipótese em que restou demonstrada a conduta imprudente do réu condutor do caminhão, ao invadir a pista por onde transitava o ônibus no qual se encontrava a vítima fatal e esposa e mãe dos autores. **Valor da pensão minorado para um salário mínimo, a ser dividido entre os filhos da vítima, para se coadunar com o entendimento jurisprudencial, ante a ausência de comprovação dos rendimentos da vítima.** APELO DOS RÉUS PROVIDO EM PARTE. APELO DOS AUTORES PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70030215685, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard, Julgado em 16/09/2009)

E ainda:

**EMENTA:** Responsabilidade Civil. **Acidente de trânsito.** Ação de indenização. I. Preliminar de denunciação à lide do Estado do Rio Grande do Sul. Alegação de defeito na construção da rodovia, permitindo a cumulação de água e o fenômeno da aquaplanagem. **Ausência de comprovação.** Obrigação de o Estado reparar o dano em ação regressiva não caracterizada. Preliminar rejeitada. II. Preliminar de cerceamento de defesa. Alegação de prejuízo em razão do indeferimento da prova pericial. Preclusão. Prejuízo não alegado quando do oferecimento dos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

179  
164

memoriais, antes da sentença. Processo que tramitou sob o antigo rito sumaríssimo. Pedido de perícia formulado de forma genérica, sem a formulação de quesitos e sem a indicação de assistente técnico na contestação. Inobservância do art. 278, do CPC. Preliminar rejeitada. III. Descabe rediscutir a culpa no âmbito civil quando ela já se acha definida no juízo criminal. Existência de coisa julgada quanto à culpa. IV. **Não comprovados os rendimentos mensais da vítima, correta a sentença ao fixar a pensão destinada à mãe daquela em um salário mínimo.** (...) Apelação dos réus provida parcialmente. Recurso adesivo provido." (Apelação Cível Nº 70002211498, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge André Pereira Gailhard, Julgado em 06/08/2003).

*Idem:*

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO POR COLETIVO UTILIZADO POR CONCESSIONÁRIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE. IMPLEMENTAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. **AUSÊNCIA** DE DEMONSTRAÇÃO DE CULPA DA VÍTIMA OU DE FATO DE TERCEIRO. DANOS MORAIS. PENSIONAMENTO. 1. A responsabilidade objetiva do Estado encontra-se consagrada no ordenamento jurídico pátrio (art. 37, §6º, da CF e art. 43 do CC/2002), ou seja, a obrigação de indenizar do Estado ocorrerá se a vítima comprovar o nexo causal entre o fato narrado e o dano. Tal como as pessoas jurídicas de Direito Público, as concessionárias de serviços públicos sujeitam-se ao mesmo regime da Administração Pública no que diz respeito à responsabilidade civil, respondendo,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

180  
P  
163

portanto, objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros (não-usuários). Assim, prescindível que a vítima comprove a culpa do agente do Estado (sentido lato) para que este seja obrigado a ressarcir/indenizar os danos advindos. Entretanto, tal responsabilidade pode ser afastada ou mitigada se restar demonstrada a culpabilidade exclusiva ou concorrente da vítima na concretização do evento lesivo (...) 2. Inexistência de **comprovação** de culpa exclusiva ou concorrente... 5. **Demonstrado no processo que a vítima exercia atividade remunerada e que a demandante dependia economicamente daquela, impende a concessão de pensão mensal que, ante a ausência de comprovação dos rendimentos do de cujus, vai estipulada em 2/3 do salário mínimo em razão da dedução de 1/3 referente aos gastos pessoais da vítima. APELO PROVIDO.** (Apelação Cível Nº 70029029279, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Judith dos Santos Mottecy, Julgado em 21/05/2009)

O Recorrente aduz, por derradeiro, o excesso de condenação de honorários advocatícios, ao argumento de que foram fixados em parâmetros superiores aos devidos.

A meu ver, o magistrado *a quo* fixou os honorários advocatícios em estrita observância ao disposto no art. 20, § 3º, do CPC, tendo em vista que o máximo permitido é de 20% sobre o valor da condenação, pelo que deve ser mantida a sentença.

Assim, de ser desacolhido o alegado excesso de condenação em verba honorária.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

187  
166

Verifico, outrossim, que a sentença também deva ser reformada na parte relativa aos juros, os quais foram fixados no percentual de 6% (seis por cento) ao ano. Levando em consideração que o acidente ocorreu em 03/12/2001, os juros moratórios são da ordem de 6% ao ano (0,5% ao mês) – CC/1916, art. 1.062 - até a entrada em vigor do novo Código Civil (11/01/2003). A partir de então passam a ser de 1% ao mês, pela norma do art. 406 do CC/2002.

A correção monetária, por seu turno, nas ações de reparação de danos morais, o termo inicial de incidência é a data do arbitramento do valor da indenização. A respeito do tema o STJ editou a Súmula 362: **"A correção monetária do valor de indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento."** (Resp 813067/PR -- Rec. Especial 2006/0017727-3).

Ante o exposto, voto no sentido de dar provimento parcial ao apelo para:

- a) reduzir o valor da pensão indenizatória de 02 (dois) salários mínimos para **01 (um) salário mínimo**; e
- b) para fixar os juros de mora no percentual de 6% ao ano até a vigência do atual Código Civil (11/01/2003), e a partir de então, no percentual de 12% ao ano (1% um por cento) ao mês – CC/2002, a contar do evento danoso (Súmula 54 do STJ), além de correção monetária atualizada pela tabela do ENCOGE, a partir da data da decisão de primeira instância.

É como voto.

Recife, 05 de janeiro de 2010.

*Des. Eduardo Augusto Paurá Peres* - Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

PROSSEGUE O DESEMBARGADOR PAURÁ PERES (PRESIDENTE E RELATOR)

Queria apenas fazer uma observação, um acréscimo pequeno.

Na verdade, o juiz julgou a ação procedente, considerando a responsabilidade objetiva. Penso, e isso está em conformidade até com a posição do STJ, do Supremo, de que a responsabilidade objetiva diz pertinência à atividade fim da empresa, ou seja, um simples carro aqui, do Tribunal de Justiça por ser do poder público, desses até que nos transportam, se acidentar alguém ou bater num outro veículo por aí, nem por isso ele tem a responsabilidade objetiva. Ela seria subjetiva, ou seja, pode até um veículo contrário está trafegando absolutamente na contramão e bater num carro de uma concessionária de serviço público, e aí teria que se apurar realmente a culpa de quem foi. Mas, independentemente disso, a verificação da culpa aquiliana levar à conclusão da condenação da culpabilidade do preposto da CELPE e a condenação desta em face da culpa da responsabilidade *in eligendo, in vigilando*

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Pedindo licença a Vossa Excelência, a Súmula 341, do STF que diz que é presumida a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposo do empregado ou preposto.

DESEMBARGADOR PAURÁ PERES (PRESIDENTE E RELATOR)

Exatamente. Na verdade há aqui um outro equívoco, penso da sentença, que diz que por serem os filhos maiores não têm direito à indenização por dano moral. Aí não teria direito, se são maiores e capazes e têm emprego, se mantêm diretamente eles não teriam direito à pensão, porque a pensão é para manutenção, dano moral é outra coisa. Mas não houve apelo dele neste sentido. Ele direcionou tudo à genitora, a senhora, a viúva, tanto a pensão, que não há comprovação de quanto percebia o falecido, a vítima e, por isso está sendo reduzido no meu voto a um salário- mínimo.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

De dois salários para um.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

168

DESEMBARGADOR PAURÁ PERES (PRESIDENTE E RELATOR)

Correção nos juroz fixados e mantendo tudo o mais. Apenas, acho que não houve apelo nem da viúva nem dos filhos para poder se verificar essa condição.

Bom, mas é como voto. Está em discussão.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA

Erninente Relator eu teria uma dúvida no tocante à questão da redução, porque Vossa Excelência fundou o voto pelo que entendi, de reduzir de dois para um salário-mínimo sob o pretexto de que não havia qualquer prova da renda percebida pelo falecido, pela pessoa que foi a vítima do nefasto acidente.

Gostaria de confirmar esse entendimento, apenas para fim de fundamentar o meu voto, porque até explicito: Tenho um entendimento um pouco mais abrangente no tocante à aplicação desse artigo 37 - entende que a responsabilidade objetiva dos agentes públicos, e no caso das concessionárias de serviço público, ela é extensiva e abrange qualquer tipo de envolvimento que haja nas suas relações, não apenas com os usuários do serviço ou até com terceiro, porque, se um carro do tribunal está a serviço do tribunal ou de uma concessionária de serviço público, no meio da rua e causa um acidente e causa um dano, não tenho como entender que aquela responsabilidade, se não foi um usuário do sistema, no caso é uma concessionária, ele não terá direito a obter uma indenização, por força da responsabilidade objetiva, ou seja, ela estaria restrita apenas aos usuários do sistema.

Acho que a responsabilidade objetiva é do serviço público, da concessionária independentemente de se tratar de usuário ou não do sistema.

Apenas essa colocação de inicio.

DESEMBARGADOR PAURÁ PERES (PRESIDENTE E RELATOR)

Na verdade, não fiz essa observação de tratar-se de usuário, mas de atividade fim, ou seja, não consigo conceber como é que uma CELPE, uma CHESF, podemos exemplificar isso: Por exemplo, um fio de alta tensão que caia da rede da CHESF ou mesmo da CELPE, isso aí é uma atividade fim, ela está prestando um serviço que teria que fazê-lo na melhor qualidade. Mas outras formas de acidentes, eu penso como alguma parte, isso não é pacífico, entende que seria de se apurar a responsabilidade pela culpa aquiliana, não pela responsabilidade objetiva que não vai se verificar se houve culpa ou não houve. Na hipótese, por exemplo, num fio desse que cai, você não tem que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

perquirir culpa de absolutamente nada. Isso aí foi na sua atividade fim e trouxe dano e tal.

Mas de qualquer maneira, uma questão em aberto. Independente disso entendi pela própria decisão do juiz, pela narração dos fatos, da existência da culpa aquiliana não está se mexendo na indenização por conta disso.

Com relação à pensão alimentícia, não há qualquer comprovação nos autos de quanto percebia o falecido, a vítima.

Era esta a alegação?

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA

É essa a alegação maior.

DESEMBARGADOR PAURÁ PERES (PRESIDENTE E RELATOR)

Realmente não há. E também em relação à questão, neste ponto devo até por uma lealdade processual, profissional, de dizer que estou me apoiando também no mesmo sentido, um tribunal igual ao nosso, não é superior, o Tribunal do Rio Grande do Sul se posiciona. Mas, há posições contrárias também.

Às vezes, se olha a situação do quanto necessitaria essa pessoa, porque nem sempre a pessoa, às vezes, ganha um salário-mínimo comprovadamente, mas faz um, dois por fora – é a renda dos famosos bicos. Essa comprovação é um tanto quanto difícil de fazer exatamente daquele valor, mas não há comprovação realmente.

Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, colho votos.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Vossa Excelência sabe da minha posição. Eu não gosto de diminuir e, mesmo não tendo a comprovação, acho que está de bom tamanho os dois salários-mínimos.

Qual é a empresa que está pagando, Desembargador?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

170

DESEMBARGADOR PAURÁ PERES (PRESIDENTE E RELATOR)

É a CELPE.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

A CELPE tem dinheiro suficiente para isso, e não minha anima não. Vou pedir vênia a Vossa Excelência e vou ficar com a sentença do juiz, não vou diminuir esse salário-mínimo que Vossa Excelência tão bem colocou no seu voto, muito bem feito, como, aliás, todos os votos de Vossa Excelência, mas vou ficar com a sentença do juiz.

DESEMBARGADOR PAURÁ PERES (PRESIDENTE E RELATOR)

Pois não.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Foi de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) também a indenização?

DESEMBARGADOR PAURÁ PERES (PRESIDENTE E RELATOR)

A indenização foi de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinada só à viúva, ao argumento de que os filhos eram maiores e trabalhavam, mas não recorreram, não é?

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Não recorreu, não há recurso adesivo.

DESEMBARGADOR PAURÁ PERES (PRESIDENTE E RELATOR)

Dois salários-mínimos. Apenas essa correção dos juros é que estava em 0,5% (meio por cento), mas é 0,5%, (meio por cento) até a vigência do Código Civil novo, e a partir daí consertou.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA

*[Assinatura]*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Nada obstante às circunstâncias de que como Vossa Excelência explicitou, não há a prova do montante percebido pela vítima, parece-me que há uma pensão no montante de dois salários-mínimos, ela não é exorbitante, afinal, estamos tratando de uma vida humana e a viúva terá que permanecer um longo período com dificuldades, até a percepção dessa quantia, nada obstante ter sido determinado que o valor fosse incluído em folha de pagamento para fim, inclusive com o 13º décimo terceiro, para fins de percepção da renda.

De modo que acompanho a divergência instalada pelo eminente Desembargador Patriota Malta, e divirjo de Vossa Excelência apenas neste sentido. Acompanho o entendimento de que os juros devem ser amoldados à fixação do Código Civil de Beviláqua anterior, que fixava em 6% (seis por cento) ao ano e após, com a vigência do novo Código Civil que passou para o montante de 1% (um por cento) ao mês. Neste particular, acompanho o voto de Vossa Excelência.

De modo que a minha divergência está restrita à questão do *quantum* da pensão. Entendo, como disse anteriormente, que a apelante, a CELPE, concessionária de serviço público deve ser estendida à responsabilidade civil objetiva, independentemente de se tratar ou não de usuários de serviço público. No caso, a pessoa sofreu um atropelamento, com óbito, e entendo que dada as circunstâncias de concessionárias de serviço público, deverá ela ser examinada à luz da teoria objetiva da responsabilidade.

É como voto, com a devida vênia.

DECISÃO

"POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NO QUE PERTINCE À REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, VENCIDO O DES. RELATOR QUE REDUZIA A INDENIZAÇÃO DE DOIS PARA UM SALÁRIO MÍNIMO. À UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO PARA FIXAR OS JUROS DE MORA NO PERCENTUAL DE 6% (SEIS POR CENTO) A.A. ATÉ O INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CC/2002, E A PARTIR DE ENTÃO, NO PERCENTUAL DE 12% (DOZE POR CENTO) A.A., A CONTAR DO EVENTO DANOSO (SÚM. 54 DO STJ), ALÉM DE CORREÇÃO MONETÁRIA ATUALIZADA PELA TABELA DO ENCOGE, A PARTIR DA DATA DA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".